



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

REFORMAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: o Banco Mundial na consolidação do conservadorismo

Nome do Proponente:

Ana Cristina Oliveira de Oliveira

Kayto Zanith Silva

Soraya Martins

NATUREZA DO TRABALHO: RESULTADO DE PESQUISA

EIXO I: TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

FORMAÇÃO E TITULAÇÃO DO PROPONENTE:

Ana Cristina Oliveira de Oliveira – Assistente Social e Profa. Adjunta da Escola de Serviço Social / UFF

Kayto Zanith Silva – graduando em Serviço Social / UFF

Soraya Martins – graduando em Serviço Social / UFF

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMIMENSE (Campus Gragoatá)

Contatos: 21 99927 7007;

Email:

anacoliveira60@gmail.com

kaytozanith@gmail.com

sorayadcmartins@gmail.com



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



REFORMAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: o Banco Mundial na consolidação do conservadorismo

RESUMO: O trabalho discute os processos potenciados pelas políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas que resgatam o reformismo social e o conservadorismo edificando um pensamento único na contramão da construção do projeto ético político profissional. Concluímos que a defesa das reformas sociais implica na roupagem mais humana do capitalismo e na retomada do conservadorismo na profissão.

Palavras-chave: reformas sociais, Banco Mundial e Serviço Social

Abstract: The paper discusses the processes potentiated by neoliberal policies and neodesenvolvimentistas to recover the social reformism and conservatism building a single thought against the construction of the professional politician ethical project. We conclude that the defense of social reform implies more human guise of capitalism and the resumption of conservatism in the profession.

Keywords: social reforms, World Bank and Social

1 INTRODUÇÃO

Em nome da defesa do mercado e do capital, vivemos uma crise estrutural do capital sem precedentes no campo econômico, político e ideológico cujo reino pretende-se à acumulação cada vez maior com base na propriedade dos meios de produção e trabalho alheio. Nos últimos anos esta crise é sustentada pela regressão dos direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores. O cenário é conturbado por um movimento golpista de *impeachment* do poder executivo em abril de 2016 e da autocracia burguesa brasileira à frente de uma orquestração da defesa intransigente contra a perda histórica de privilégios assentados na relação social alienada que monopoliza os frutos do trabalho coletivo.

Neste momento em está em risco a manutenção da democracia política no país este texto apresentado aqui revela o resultado parcial da pesquisa, em fase inicial¹, que visa

¹ O artigo inclui parte da discussão do texto intitulado "POBREZA E BANCO MUNDIAL: concepção de pobreza e as estratégias de enfrentamento do Banco Mundial" encaminhado, como resultado parcial da pesquisa, para o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) / 2016.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



estudar a “nova” sociabilidade do capital e suas manifestações entre os anos 2000 e 2016, a partir da preparação das Estratégias de Assistência ao País (EAPs), do Banco Mundial ao Governo Brasileiro, tendo como norteador as estratégias de desenvolvimento no “combate à pobreza”. O objetivo é contribuir para a discussão dos processos potenciados pelas políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas que resgatam o reformismo político e o conservadorismo da moralização da questão social que edificam um constructo de pensamento único na contramão da construção do projeto ético político profissional.

2 – O ALINHAMENTO DO CONSERVADORISMO, BANCO MUNDIAL E O SERVIÇO SOCIAL

O novo momento da atualidade, que tem como pano de fundo a polarização política e o crescimento de movimentos conservadores organizados remonta uma política externa subserviente e alinhada com os interesses do capitalismo internacional dominante. Compreendemos que o Assistente Social, como classe trabalhadora, não pode ficar alheio à investida dos poderes imperialistas num cenário de intensificação da investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos da propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia, mas restrito e seletivo, que lhes permita produzir o equivalente de seus meios de vida.

Cada vez mais o Brasil tem se tornado emblemático no jogo político-econômico entre os países de capitalismo dependente, considerado liderança política e econômica da região; assim como, é o elo entre a integração latino-americana, o fortalecimento das relações Sul-Sul, tendo suas relações para além do continente. A relevância do país nas suas relações internacionais, em anos recentes, revelada pela aliança entre os países latino-americanos e os BRICS², cujo principal logro foi a criação do Acordo de Reservas de Contingência e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS-Celac³. O resultado da pesquisa demonstra que esta relação tem como um dos objetivos dessas instituições o financiamento de programas de

² BRICS é o nome de um conjunto econômico de países considerados "emergentes", formado atualmente pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

³ A Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), fundada em Caracas no final de 2011 como contraponto à Organização dos Estados Americanos (OEA) incluindo Cuba no quadro de sócios dominados pelos norte-americanos. a Celac reúne 33 países americanos, inclusive a Ilha socialista, não admite representantes dos EUA e Canadá e propugna a integração soberana e democrática dos países que compõem a comunidade. (Visualizada em 08 de abril de 2016. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5688&id_coluna=35).



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



infraestrutura e desenvolvimento na região, como alternativa ao financiamento predatório realizado pelo FMI e o Banco Mundial.

Vive-se numa época da qual existe uma regressão dos direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital, cujo reino pretende-se à acumulação cada vez maior com base na propriedade dos meios de produção e trabalho alheio. Com a mistificação inerente ao capital, enquanto relação social alienada que monopoliza “os frutos do trabalho coletivo obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho.” (IAMAMOTO, 2004.p.1). Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos da propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia, mas restrito e seletivo, que lhes permita produzir o equivalente de seus meios de vida. Com isso, crescem as desigualdades sociais de classe. Esses processos são potenciados pelas políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas, que capturam os estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias. (IAMAMOTO, 2004. p.1).

Transformações históricas alteraram a face do capitalismo, nos países centrais, em particular, na América Latina. Tendo um longo período de crise da economia mundial, o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de “ajustes estruturais” por parte dos países de capitalismo de pendente. Sendo preconizadas pelos países imperiais por intermédio dos organismos multilaterais, sendo que essas políticas dão livre acesso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações e a lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais (BORÓN, 1995).

Através de análise da pesquisa documental sobre os documentos das Estratégias de Assistência ao País (EAPs), do Banco Mundial ao Governo Brasileiro, indica o Banco Mundial como norteador as estratégias de desenvolvimento no “combate à pobreza”. Neste contexto, a pesquisa ao analisar a construção de um “novo” consenso social das classes subalternas pela concepção do mundo da burguesia sobre a “questão social”, identifica o Banco Mundial como parte das corporações capitalistas de uma prática e ideologia favorável à acumulação capitalista, ainda que indique a erradicação da pobreza e que neste movimento revela um conflito na disputa ideológica ao ser absorvida como uma proposta progressista no



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



enfrentamento da questão social ao coadunar com a ideologia neodesenvolvimentista (OLIVEIRA, 2012).

Segundo OLIVEIRA (2012) o Banco Mundial como um dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no neodesenvolvimento é respaldada nos novos mecanismos de intervenção política e institucional do Banco Mundial. Parte da comprovação de que a expressão da contra-hegemonia permanece no século XXI o seu significado numa relação direta com a ideia de desenvolvimento (sustentável) para a democratização associada a uma possível nova hegemonia sob a égide dos “rosários dos neo” e de um capital “mais humano” (Idem).

Este “novo” consenso acaba por reforçar o redirecionamento das esferas pública e privada na prestação de serviços sociais. Em especial, recuperar o debate da centralidade da *dependência* na América Latina, enquanto categoria que explica o real movimento do capital no continente ao longo dos processos históricos que revelam o inerente desenvolvimento desigual e combinado característico do capitalismo dependente. Entender este movimento supõe a historicidade do ator político, intelectual e financeiro que atravessam as políticas públicas dos países de capitalismo dependente.

No cenário pós Consenso, o Estado tem sua atuação redimensionada, em que interviria em prol do cumprimento dessas medidas deliberadas. Ou seja, um Estado que intervenha para garantir um clima de investimento de mercado favorável e assegure políticas focalizadas – reduzindo os gastos do Estado em políticas sociais – para o gerenciamento da pobreza. O segundo período de ajuste teve início a partir dos anos 2000, defendida pelos organismos internacionais como Banco Mundial e FMI, uma ideologia de humanização, em que pautada nos princípios da equidade promovem um novo caráter para a universalidade ao acesso de políticas sociais. Além da defesa de que para obter o desenvolvimento dos países deve-se haver uma necessidade de combate à pobreza concomitantemente. Ocorre uma centralização da pobreza nas políticas sociais.

Esta “nova visão” de estratégias para gerenciamento da pobreza foi difundida em documentos do Banco Mundial neste período do segundo ajuste neoliberal. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2005 “Equidade e Desenvolvimento” aborda esse princípio da equidade que orienta a lógica de humanização dessa geração de ajuste. Segundo o documento, a equidade é estabelecida a partir de dois termos principais. A teoria oportunidades iguais, em que fatores culturais, étnicos, de gênero, sociais e familiar não poderiam definir as possibilidades de conquistas dos sujeitos. Os indivíduos devem por meio



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



de sua capacidade, esforço e talento definir suas conquistas e para isso precisam de condições melhores de vida. O segundo é a prevenção de privação de resultados, em que o direito deve ser garantido das pessoas terem oportunidades iguais para alcançarem os objetivos que almejam e fugir da privação de resultados. Por isso, o relatório faz uma articulação entre equidade e prosperidade. Em uma sociedade em que todos possuem as mesmas oportunidades, tanto políticas, sociais e econômicas condicionam um crescimento e desenvolvimento saudáveis. Assim é repassada a face mais humana dessa geração de ajustes, com ilustração de um princípio de equidade como forma de controle social e manutenção e reprodução da ideologia neoliberal.

A pobreza, aqui entendida como pauperismo, sendo uma resultante do processo de acumulação do capital e assumindo novos significados no movimento sócio-histórico traz hoje novas determinações e contradições para sua compreensão e combate, cujo contexto ganham voz organismos multilaterais e instituições financeiras internacionais. É diante desse conjunto de questões que se propõe observar o Banco Mundial como propulsor de ações para a erradicação da pobreza em todo o mundo, através de políticas sociais cada vez mais focalizadas. (OLIVEIRA, 2012).

O foco principal do Banco Mundial é o combate à pobreza. Erradicar a pobreza extrema no mundo é a sua meta, trabalhando na lógica atual, que a pobreza extrema é medida por pessoas que vivem com a renda menor de \$1,25 (dólar) por dia, como retratado no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do ano de 2013.

A mudança radical que o mundo passa, exige que o BM assuma o compromisso de acompanhar esse desenvolvimento com seu foco na pobreza. Cerca de 1,2 bilhão, segundo dados do próprio Banco (RDM 2013) vivem em pobreza extrema, o alcance do objetivo de erradicar a extrema pobreza, tendo em vista que a renda não é o fator primordial de modificação para alterar a condição de pobreza.

Dentro dos objetivos de enfrentamento à pobreza, o Banco Mundial segue duas linhas de intervenção: erradicar a pobreza extrema e a promoção da prosperidade compartilhada (RDM 2013). A promoção da prosperidade é o incentivo ao aumento da renda, para alcançar esse objetivo é necessário que estimular a melhora do padrão de vida de extrema pobreza e dar oportunidades para eles saírem dessa condição.

O capitalismo promove a pobreza, a desigualdade, pois sua lógica de acumulação só é permitida graças a essa contradição. Assim, é claramente observável que as medidas tomadas pelo Banco Mundial no combate a extrema pobreza são inválidas. As formas de “combate à pobreza” promovida pelo Banco Mundial não faz mais do que reproduzi-las na



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



lógica de ampliação da acumulação de capital. Portanto, nenhuma das ações promovidas pelo Banco Mundial irá em direção contrária da redução da desigualdade social, ou ainda sua eliminação, já que suas intervenções são condicionadas em defesa do grande capital.

Assim, o Banco Mundial assume o caráter de difusor ideológico da nova pedagogia da hegemonia e considera que a construção de um capitalismo mais humano garantiria maior coesão social e, para além deste horizonte, seria a “chave do desenvolvimento”. A meta do Banco Mundial é de “apoiar as principais reformas de políticas e investimentos inovadores e eficientes, com o objetivo de aumentar o bem-estar dos brasileiros, em particular dos pobres”. (BANCO MUNDIAL, 2003, p.11). Com esta direção, o capitalismo mais humano realiza a promoção da autoestima, resgata os valores grupais, para constituir aspectos culturais a base de assimilação de uma política de desenvolvimento autossustentado. Estes valores têm sido a base de definição de políticas econômicas de determinados economistas do atual quadro do governo federal com a “Presidenta” Dilma Rousseff (2011) e nas duas gestões do governo anterior do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre primeiro de janeiro de 2003 a primeiro de janeiro de 2011.

Este remete a ideia de um neoliberalismo vendido como “mais humano” para manter a coesão social e dar condições de reprodução à política econômica e à ideologia neoliberal na crise estrutural da classe dominante. Nesta direção, privilegiamos a identificação dos mecanismos hegemônicos e a direção intelectual e moral contidos nestas políticas.

A reconfiguração do trabalho na sociedade contemporânea, por meio do processo de reestruturação, produziu a intensificação da exploração da força de trabalho. Exigisse um trabalhador, polivalente, flexível, criativo, que trabalha em condições precárias, como terceirizados, sem estabilidade no emprego, com contratações precárias e informais.

A flexibilização das formas de contratação, resultam na desterritorialização, onde agora o trabalhador não está diretamente ligado a um só espaço de trabalho, como antes no ambiente fabril, pois agora ele pode estar desempenhando sua atividade fora do ambiente de trabalho de quem demanda seus serviços, há um número menor de trabalhadores agora, que coordenam várias máquinas. O uso da tecnologia se amplia e diversos trabalhadores, vão perdendo seus postos de trabalho, acarretando no desemprego estrutural. Essas formas de trabalho conseqüentemente afetam as organizações dos trabalhadores, que encontram dificuldades em se organizarem. O capitalismo se apropria da subjetividade do trabalhador, cria uma lógica de competitividade, na qual o trabalhador tem que estar a todo momento



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



investindo na sua educação e qualificação voltados para o mercado e não para a emancipação humana.

Um mundo internacionalizado requer um Estado "dócil" aos influxos neoliberais, mas ao mesmo tempo forte internamente – ao contrário do que é propalado pelo ideário neoliberal da minimização do Estado – para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir a oposição e protestos de muitos, comprometendo a soberania das nações. (PETRAS, 2002.)

A nova fase do imperialismo supõe-se, portanto, que não há novidade na estrutura do capital e de que nada mais é do que uma nova roupagem do conservadorismo ascendida na guinada do milênio (OLIVEIRA, 2013). Em especial no Brasil, cuja inserção na nova divisão internacional do trabalho deu-se aprofundando seu caráter capitalista dependente, consonante com uma pretensa condução de políticas públicas humanizantes, focadas no alívio da pobreza e na geração de renda, esvaziando o sentido político para a consolidação da garantia de direitos sociais previstas na Constituição Cidadã (1988). Trata-se da batalha de ideias, mais especificamente do processo de hegemonia pelo qual a classe dominante se conserva, criando novos terrenos ideológicos na disputa de classe.

De acordo com Oliveira (2013) o esgotamento do neoliberalismo, nos anos 1990, por mais de vinte anos sustentou um modelo de subordinação da América Latina à “nova” fase imperialista do grande capital, de caráter espoliativo, dependente do modo de produção capitalista na região. As promessas neoliberais não foram cumpridas com o aumento da desigualdade econômica, social e cultural. A inserção do Brasil no sistema global, assim como outros Países em Desenvolvimento, numa explícita disputa no terreno intelectual, político e econômico, se traduzia no confronto da produção de desigualdades com a aceleração do crescimento da pobreza e na garantia de um ambiente seguro econômico pela estabilidade macroeconômica pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial.

Conforme Yazbek (1993, p. 37) “o resultado do campo das políticas públicas na área social, na América Latina, tem sido reforço de traços de improvisação e inoperância, o funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização do acesso aos serviços dela derivados”. Permanecem políticas casuísticas e fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas. Acrescentamos a este debate com a autora que a intervenção junto às políticas públicas na área social revela a Lei Geral de Acumulação do Capital (MARX, 1996) com interesses coadunados com o capital internacional



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



sob as orientações, por assessoria técnica e empréstimo, aos países de capitalismo dependente.

Este panorama pulveriza os mais diversos espaços da vida social como na cultura, nos imaginários e suas crenças na construção de valores que integram o mesmo ideário como um pensamento único e natural, portanto a-histórica. Supõe, nesta esfera, que não há outra alternativa de modo de vida e organização do trabalho.

3 - CONCLUSÃO

Um contexto sócio-histórico refratário aos influxos democráticos exige, contraditoriamente, a construção de uma nova forma de fazer política – que consolide a formação e o trabalho dos assistentes sociais- capaz de acumular forças na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil que reduzam o fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Requer, portanto, uma concepção de cidadania e de democracia para além dos marcos liberais, articulados à organização da classe trabalhadora. A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Nessa concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana, como sustenta Coutinho (2000). Aqui destacamos que partilhamos da compreensão da emancipação humana alicerçada na distribuição da riqueza socialmente produzida e não sob a hedge do reformismo das políticas públicas com a universalização dos direitos sociais, ainda que este seja o horizonte da democracia, justiça social e cidadania que queremos consolidar na autocracia burguesa brasileira. Como apresentando nos tópicos anteriores, estamos num contexto no qual, o sistema capitalista visando, reergue-se de uma crise estrutural, constrói mecanismos que são disseminados pelos intelectuais orgânicos do capital, refletindo assim, em grandes transformações no mundo do trabalho assim como na vida social de cada sujeito, não estando assim, o assistente social fora desse processo, pois o mesmo é um profissional que atua diretamente com as expressões da questão social, que vão se agravar diante do quadro das transformações sociais econômicas e políticas, assim como, compõe o conjunto de trabalhadores assalariados que sofrem cotidianamente com o processo de precarização,



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



flexibilização do trabalho, sucateamento dos serviços públicos, através de políticas focalizadas e paliativas, e seletivas contradizendo a universalização de direitos sociais ao recrudescerem à benefícios articulados aos ajustes fiscais impostos pelos governos e acenando para a retirada da controle social e participação popular - conquistada à duras penas no processo de redemocratização brasileira.

O novo projeto ético político surge denunciando o conservadorismo que assolava a profissão desde a gênese da sua fundação. Conservadorismo esse que impedia que as intervenções profissionais para com os usuários pudessem ser realizadas de uma forma clara, efetiva, livre de preconceitos e enraizada nos moldes éticos de uma profissão que enxergasse a totalidade e não que ficasse firmada em moldes religiosos e gerisse sua prática de uma forma imediatista e filantrópica. O Serviço Social latino-americano voltado à *defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos*, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social. Na contramão dos dogmas oficiais, segmentos dos assistentes sociais têm buscado um compromisso efetivo com os *interesses públicos* e articulação aos movimentos organizados da classe trabalhadora no horizonte da emancipação humana. Entendemos aqui que a defesa dos direitos sociais não se esgota nela mesma, mas que reflete como um dos elementos enfáticos à democracia não liberal. O que queremos dizer é que esta defesa não é um fim em si mesma, mas um dos motes importantes na direção de uma outra ordem societária, resguardando os sentidos tratados da defesa de direitos sociais com vistas às reformas sociais que implica a manutenção da ordem capitalista com uma roupagem mais humana e a retomada do conservadorismo na profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANCO MUNDIAL. *Estratégia de Assistência ao País: EAP para 2004-2007*. Washington, dezembro de 2003.

BARBOSA, Maria José de Souza, FERREIRA, Rosimar de Sousa, SANTOS, Maria Helena Loureira dos. *Demandas do Trabalho ao Assistente Social no Capitalismo Contemporâneo*. *Revistas de Política Sociais*, Maranhão, v. 5, n. 8, p.131-137, 10 ago. 2010.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. *A questão social no capitalismo*. In: Revista Temporalis nº 03 - Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda. *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo*. Texto base da conferência magistral do XVIII Seminário Latino Americano de Escolas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 12 de julho de 2004.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NEVES, Lúcia Maria. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de. *Crítica à nova sociabilidade do capital: por um "capital mais humano"*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Orientadora: Maria Ciavatta Franco. Co-orientador: Gaudêncio Frigotto, UERJ: Rio de Janeiro 2012. 621f.

PETRAS, J. *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2002.

YAZBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.